

Ata da vigésima sétima reunião ordinária, do segundo período legislativo, da terceira sessão legislativa anual, da nona legislatura da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará; às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, os senhores Vereadores se reuniram no salão da Câmara Municipal para realizarem a presente sessão ordinária; a presidente Vereadora Nilva de Sousa Brandão, declarou aberta a sessão e convidou o segundo secretário da mesa, o Vereador Fábio Dias de Almeida, foi convidado para fazer a leitura bíblica, que foi realizada em Salmos Provérbios 21.1-3; logo após, o primeiro secretário da mesa, Vereador José Guedes da Silva Vieira, executou a chamada de Vereadores, constatando a presença dos Vereadores Fábio Dias de Almeida, Rômulo Assunção Pereira, José Guedes da Silva Vieira, Antônio Francisco Lima Fernandes, Ronys Cley Dias Borges, José Brito da Silva, Nilva de Sousa Brandão, Sebastião Arrais dos Santos, Valdemilson Ribeiro Almeida, Denilson da Silva Gois e José Ricardo Sousa Rios; dando sequência, a presidente solicitou a secretária legislativa para fazer a leitura da ata da sessão anterior, que sendo colocada em votação, foi aprovada por unanimidade; após isto, a secretária proferiu a leitura da matéria constante da ordem do dia, que constou de Parecer Conjunto das comissões de Constituição, Justiça e Redação Final e Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre o Projeto de Lei Nº 09/2023, de 05 de Setembro de 2023, oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a complementação do Piso Nacional do Enfermeiro e Técnico de enfermagem a que se refere a Lei Federal Nº 14.434, de agosto de 2022 e a Emenda Constitucional Nº 127, de 22 de dezembro de 2022; Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2023, de 11 de setembro de 2023, oriundo do Poder Legislativo, que REJEITA as contas da Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do Senhor Manoel Soares da Costa, conforme as recomendações previstas nas Resoluções Nº 11. 874, de 14 de maio de 2015 e 12.655, de 28 de junho de 2016 – do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2023, de 11 de setembro de 2023, oriundo do Poder Legislativo, que APROVA as contas da Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Senhor Manoel Soares da Costa, com ressalvas, conforme as recomendações previstas nas Resoluções Nº 10.899, de 30 de Abril de 2013 e 11.886, de 21 de Maio de 2015 – do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2023, de 11 de setembro de 2023, oriundo do Poder Legislativo, que REJEITA as contas da Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Senhor Manoel Soares da Costa, conforme as recomendações previstas nas Resoluções Nº 12.165, de 04 de Fevereiro de 2016 e 14.447, de 29 de junho de 2019 – do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; após a votação da matéria, a presidente encerrou o pequeno expediente e logo reabriu os trabalhos dando início ao grande expediente e observando a inscrição para uso da tribuna, facultou a palavra ao Vereador Ronys Cley, que agradeceu a Deus e aos amigos presentes na sessão; disse que o projeto de lei da complementação do Piso Nacional dos enfermeiros e técnicos de enfermagem, vinha para valorizar e que ainda achava pouco o salário dos profissionais, pois existiam duas classes de trabalhadores que mereciam muito mais, que eram os professores e os profissionais da saúde; logo citou que nem o prefeito e nem os vereadores tinham o mérito desta ação da complementação do Piso Nacional dos enfermeiros, pois era uma iniciativa do governo Federal e que, como autoridades municipais, estavam somente regulamentando a lei; comentou que a saúde pública no município carecia de melhorias na estrutura e na manutenção de medicações no hospitalar; que ações de pouca importância na vida dos pacientes, estavam sendo sobrepostas as ações de maior importância; que entrava muitos recursos no município, mas não tomavam medidas que verdadeiramente mudariam a vida de muitos pacientes, como o caso de paciente que estava internada há muitos dias, precisava de UTI e morreu porque o município não se manifestou para pagar um tratamento especializado em outra cidade; comentou que o município arrecadava muitos impostos, mas não eram disponibilizados para cuidar da

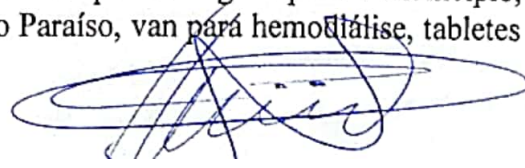
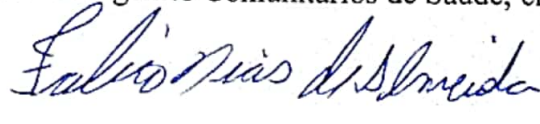
Nilva de S Brandão

Fábio Dias de Almeida

população da forma como precisava; que existiam muitos servidores contratados para bajular a gestão, com salários altíssimos, enquanto que os servidores que realmente trabalhavam recebiam um salário pífio; que o colega Valdemilson na sessão anterior, fez sua fala em defesa do prefeito, mas lembrava que na região de Novo Paraíso, o gestor colocou um servidor que fazia somente o que queria e assim, nada que o Vereador sugeria em prol de melhoria para a população era acatado; que deveriam ter sempre em mente que os princípios deveriam ser priorizados ante as ações, pois os gestores passariam, porém os servidores permaneceriam em suas funções; após isto a presidente colocou em votação o Parecer Conjunto das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 09/2023, que obteve aprovação unânime do plenário; prosseguindo foram colocados em votações individuais as tramitações dos Projetos de Decretos Legislativos nº 01/2023, 02/2023 e 03/2023, sendo aprovados por unanimidade; após isto, a palavra foi facultada para as explicações pessoais, o **Vereador Rômulo** cumprimentou e agradeceu a presença dos profissionais da saúde; comentou que discordava da fala do colega Ronys Cley, quando falou sobre o vereador não ter mérito na questão da complementação do Piso Salarial dos enfermeiros, pois a matéria precisava de ser votada na Câmara e isso demonstrava a importância do vereador no processo; disse que não foi eleito na base da gestão, mas sempre preocupado com o bem da população, vinha lutando junto aos deputados, buscando recursos para melhorias no município, inclusive para conseguirem aquisição de ambulância para atendimento em vilas e povoados dos municípios; em seguida afirmou que havia sido disponibilizado aos vereadores, o serviço de fornecimento de cascalho para o povo, que era uma vez por mês, mas já era um benefício que o povo podia receber através dos pedidos dos vereadores; o **Vereador Ricardo** cumprimentou a todos e falou sobre a importância do Projeto de Lei da complementação do piso dos enfermeiros e técnicos de enfermagem, pois conhecia o trabalho dos servidores, principalmente durante a crise do covid; que a equipe da saúde mereciam o reconhecimento salarial, pois eram comprometidos com o trabalho que executavam; comentou que estiveram em Belém, em busca de melhorias para o município e que houve muitas promessas, das quais ficariam no aguardo do cumprimento; ressaltou que esse era o papel do vereador e afirmou que a categoria, quando precisassem do seu apoio, poderiam contar com seu trabalho como vereador; o **Vereador Denilson** explicou que não pode estar presente na sessão anterior, pois como informou o colega Ricardo, estavam em reuniões com Deputados em Belém, mas que era totalmente favorável ao projeto e reconhecia o trabalho dos profissionais da saúde, que eram merecedores e que apoiava a matéria discutida; o Vereador Antônio Lima comentou que concordava com os colegas que a matéria era grande importância para os servidores, pois estes sempre estavam prontos para bem atender ao povo; agradeceu ao Prefeito pela parceria, por estar sempre atendendo os pedidos dos vereadores, em prol da população, sempre estava se atentando para as necessidades do povo, inclusive na área da saúde, quando havia constantemente a realização de mutirão para realização de cirurgias; citou que era fácil criticar, mas o gestor era cuidadoso com seu povo; o **Vereador Ronys** disse que falar mal da gestão era quando o assunto era mentira, mas o que falava, sempre era verdade; comentou que no ano anterior tiveram que votar a LOA duas vezes, pois os recursos que entraram nos cofres públicos superaram o que estava previsto; que o problema não era falta de dinheiro e sim falta de administração; o **Vereador Sebastião Arrais** agradeceu a todos, ressaltando e que ficava feliz com a presença dos profissionais da saúde na sessão; falou sobre o áudio de agradecimento do Senhor Teodoro direcionado a equipe da Saúde, pelo atendimento recebido; parabenizou ao colega Rômulo por suas palavras em relação a sua luta pela aquisições de ambulância, comentou que falar mal da gestão era fácil, que adiantava sua resposta às críticas que teria, que era firme em seu posicionamento, pois estaria votando de acordo o que acreditava; o **Vereador José Guedes** cumprimentou a todos e parabenizou os profissionais da saúde pelo benefício da complementação do Piso Salarial; que era merecido, mas lembrava que isso era destinado pelo Governo Federal; logo mencionou benefícios que conseguiu para o município, através de Deputados, como: ambulância para o Novo Paraíso, van para hemodialise, tabletes para os Agentes Comunitários de Saúde; emendas



rubrica de Sebastião

de duzentos mil reais, de setecentos mil reais e outra de cento e cinquenta e oito mil para aquisição de medicamentos, equipamentos e melhorias na área da saúde, transformação dos Postos de Saúde das vilas Dois Irmãos e Fortaleza em Postos de Saúde da Família, entre outros benefícios, todos de grande importância para a população; em seguida pediu a base aliada da gestão, que buscasse agilização junto ao Prefeito e Secretária de Saúde, para enviarem à SESPA – Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará, a documentação necessária para liberarem mais uma ambulância destinada ao município; solicitou à secretária legislativa a elaboração de ofício à Secretária de Saúde, fazendo esta solicitação de envio de documentos à SESPA; dando sequência a presidente **Vereadora Nilva** cumprimentou a todos, agradecendo a presença e refez o convite para que todos participassem da reunião onde seriam apresentados os candidatos à conselho tutelar e da audiência de Escuta Social sobre a prestação de serviços de saúde pública, que seriam realizadas no plenário da Câmara Municipal; em seguida, observando não haver mais nada a tratar, encerrou a sessão e determinou a lavratura desta ata, que será votada e assinada pela mesa diretora.



Salvo Pires de Moura



Nilva dos Brancos